



## Uma escola indígena no alto sertão de Alagoas: Reflexões sobre sua história e o ensino diferenciado (2008-2018)<sup>1</sup>

*An indigenous school in the alto sertão de Alagoas:  
Reflections on its history and differentiated education (2008-2018)*

*Una escuela indígena en el alto sertão de Alagoas:  
Reflexiones sobre su historia y educación diferenciada (2008-2018)*

Pedro Abelardo de Santana<sup>2</sup>  
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Marina do Nascimento Silva<sup>3</sup>  
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

### RESUMO

O objetivo desse trabalho é fazer um registro histórico do processo de implantação da escola na comunidade indígena Jeripancó, povoado Ouricuri, município de Pariconha-AL. Trataremos também das orientações para a educação escolar e o ensino diferenciado dos indígenas a partir da Constituição de 1988, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996), do Plano Nacional de Educação (2001), do Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (1998). Como fontes, utilizaremos a produção bibliográfica sobre o tema, além de entrevistas com caciques da aldeia. O ano de 2008 foi tomado como referência inicial para avaliar a década seguinte por ter sido a data do último estudo realizado sobre a educação diferenciada na aldeia.

**Palavras-chave:** Escola; Indígena; Ensino diferenciado; Jeripancó.

### ABSTRACT

The objective of this work is to make a historical record of the school implantation process in the Jeripancó indigenous community, Ouricuri village, Pariconha-AL municipality. We will also deal with the guidelines for school education and the differentiated teaching of indigenous people since the 1988 Constitution, the Law of Directives and Bases of Education (1996), the National Education Plan (2001), the National Curriculum Framework for Indigenous Schools (1998). As sources, we will use the bibliographic production on the theme, in addition to interviews with the chief of the village. The year 2008 was taken as an initial reference to assess the next decade, as it was the date of the last study carried out on differentiated education in the village.

**Keywords:** School; Indigenous; Differentiated teaching; Jeripancó.

<sup>1</sup> Versão de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado à Universidade Federal de Alagoas (UFAL), curso de Licenciatura em História, em 2018, com adaptações.

<sup>2</sup> Doutor em História Social - UFBA. Professor de História do Brasil da UFAL e professor nos mestrados em História PPGH-UFAL, PROHIS-UFS. <https://orcid.org/0000-0001-5305-4844>. E-mail: [pedro.santana@delmiro.ufal.br](mailto:pedro.santana@delmiro.ufal.br).

<sup>3</sup> Graduada em História – UFAL. Professora da Escola Estadual Indígena José Carapina, Pariconha-AL. Pertencente a etnia Jeripancó. <https://orcid.org/0000-0002-9434-4992>. E-mail: [marinanascimento870@gmail.com](mailto:marinanascimento870@gmail.com).



## RESUMEN

El objetivo de este trabajo es hacer un registro histórico del proceso de implantación escolar en la comunidad indígena Jeripancó, pueblo Ouricuri, municipio Pariconha-AL. También abordaremos los lineamientos para la educación escolar y la enseñanza diferenciada de los pueblos indígenas a partir de la Constitución de 1988, la Ley de Directrices y Bases de la Educación (1996), el Plan Nacional de Educación (2001), el Marco Curricular Nacional de Escuelas Indígenas. (1998). Como fuentes utilizaremos la producción bibliográfica sobre el tema, además de entrevistas con los jefes del pueblo. El año 2008 se tomó como referencia inicial para evaluar la década siguiente por ser la fecha del último estudio realizado sobre educación diferenciada en el pueblo.

**Palabras llave:** Escuela; Indígena; enseñanza diferenciada; Jeripancó.

## Introdução

O objetivo deste artigo é fazer um registro histórico e reflexões sobre como se deu o processo de implantação de uma unidade escolar para os indígenas da etnia Jeripancó, povoado Ouricuri, em Pariconha, Alagoas. A qual, atualmente desenvolve um papel central na formação regular dos indígenas, bem como, no aprendizado dos saberes dos antepassados. Além de utilizar os estudos sobre a escola indígena diferenciada como embasamento, usaremos fontes documentais da escola, testemunho oral e questionários. A respeito das fontes destacamos as memórias de dois líderes da comunidade sobre as suas tratativas para a construção do primeiro grupo escolar, em 1982, e a construção do prédio principal da Escola Indígena José Carapina, em 2003. Com relação aos estudos anteriores enfocando a escola e o ensino diferenciado, dialogaremos com dois: Ferreira (2008) e Silva (2017). São importantes por serem bem documentados, além de fornecerem dados e possibilitarem preencher algumas lacunas.

A escolha da temática escola indígena surgiu da necessidade de resgatar o histórico da criação da primeira unidade escolar e analisar como se dá o ensino diferenciado no seu cotidiano. Dessa maneira, este trabalho é um estudo com uso de fontes documentais, orais, imagens e bibliografia. Sobre a fonte oral, de acordo com Meihy (2007, p. 17), é um recurso moderno usado para a elaboração de registros, documentos, arquivamento e estudos referentes à experiência social de pessoas e grupos.

Acreditamos que, com este estudo sobre a primeira escola entre os Jeripancó, manteremos atualizada essa história, incentivaremos novos debates, pesquisas e reflexões



sobre a prática educacional nesta comunidade. Servirá para indígenas e não-indígenas conhecer a formação da escola e entender porque a sua criação foi considerada um modelo para as comunidades indígenas vizinhas, as quais, ainda lutam por uma escola em seu território. Nesse sentido, este trabalho pode abrir caminhos para novas pesquisas e interessar aos defensores de outras unidades escolares entre os indígenas.

Os indígenas Jeripancó são oriundos da etnia Pankararu, de Pernambuco. Depois de viverem um século com sua cultura silenciada devido aos conflitos por terra com fazendeiros, foi formada uma aldeia no povoado Ouricuri, município de Pariconha. Analisaremos as conquistas educacionais da comunidade, fruto da união em torno da identidade étnica Jeripancó para lutar por direitos, os quais começaram a ser reconhecidos a partir dos anos 1980. Nessa década, a identidade étnica passou a ser reconhecida na Constituição. Para Braga,

Dessa delimitação como grupo etnicamente diferenciado, e portador de direitos como tal, vieram os direitos indígenas do reconhecimento de uma sociedade e cultura; a terra; definição clara do que é terra indígena; direitos indígenas coletivos; melhores garantias para a exploração de recursos minerais e naturais em suas terras; proibição da remoção dos grupos de seus territórios tradicionais (2018, p. 209).

## **1. Educação escolar indígena após a Constituição de 1988**

Tratando dos direitos indígenas, a Constituição Federal de 1988 garantiu uma educação escolar específica e a valorização das tradições. Depois desse pontapé inicial, outras diretrizes foram promulgadas como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996), o Plano Nacional de Educação (PNE, 2001), e o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI, 1998). Além de trazerem direitos, tratam também dos deveres do Estado e de suas instituições. A Carta Magna trouxe benefícios, principalmente, no que diz respeito à educação, estando garantida no artigo 210, inciso 2, o uso da língua materna nas escolas.

Foi traçado um quadro jurídico novo para a regulação das relações do Estado com as sociedades indígenas contemporâneas pela Constituição Federal (ALVES, 2002, p. 21).

Rompendo com uma tradição de quase cinco séculos de política integracionista, ela reconheceu aos índios o direito à prática de suas formas culturais próprias. O artigo 231 afirma que “são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”.

A Carta de 1988 estabeleceu os princípios de uma educação pautada nas relações étnico-raciais que privilegia a cultura local específica de cada etnia na construção dos currículos escolares, permitindo conhecer e valorizar a diversidade cultural dos povos existentes no país. Neste contexto, se insere a educação escolar indígena diferenciada (SILVA, 2017, p. 52).

Sobre o ponto de a educação ser específica e diferenciada, essas regulações foram criadas para garantir aos povos indígenas o direito a uma educação pautada em suas tradições, usando a oralidade dos mais velhos e a língua materna se o grupo a possuir. Essa educação comporta elementos interculturais. Sobre a interculturalidade Candau (2008, p. 52), afirma que:

A perspectiva intercultural que defendo quer promover uma educação para o reconhecimento do “outro”, para o diálogo entre os diferentes grupos sociais e culturais. Uma educação para a negociação cultural, que enfrenta os conflitos provocados pela assimetria de poder entre os diferentes grupos socioculturais nas nossas sociedades e é capaz de favorecer a construção de um projeto comum, pelo qual as diferenças sejam dialeticamente integradas. A perspectiva intercultural está orientada à construção de uma sociedade democrática, plural, humana, que articule políticas de igualdade com políticas de identidade.

Anteriormente à Constituição de 1988, a FUNAI - Fundação Nacional do Índio, possuía o objetivo de integrar os índios à sociedade. Apesar disso, mantinha algum grau de respeito as suas culturas, especialmente a língua, aspecto que foi mantido pela Constituição. Segundo Silva (2013, p. 57),

Quanto aos programas educacionais desenvolvidos a partir de 1972 pela FUNAI, estipulavam uma educação escolar ministrada em línguas indígenas e por professores indígenas, no entanto, esse projeto não teve avanços por falta de incentivo e objetividade do próprio órgão indigenista, prevalecendo assim a forma de ensino tradicional em língua portuguesa e com os mesmos anseios assimilacionistas.



Promovida pela FUNAI até 1991, a educação indígena passou a ser responsabilidade do Ministério da Educação, o qual empenhou-se em criar o primeiro Referencial Curricular voltado para as escolas indígenas diferenciadas, baseado em um currículo intercultural. Segundo Alves, o Ministério da Educação tem fomentado, ainda, a divulgação da temática indígena para a sociedade nacional, buscando, com isso, combater a discriminação e o preconceito ainda vigentes em relação às sociedades indígenas, procurando valorizar a diversidade sociocultural do país (2002, p. 24).

Posteriormente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996), art. 32, reproduz o que determinava a Constituição sobre o ensino fundamental e a língua materna. Nos artigos 78 e 79 da LDB, o ensino básico para os indígenas vem ofertado em forma de uma educação bilíngue e intercultural, que tem como objetivo a garantia de valorização de sua cultura.

Outro avanço importante para a educação dos povos indígenas foi a recomendação para se dar mais autonomia às escolas na formação de um currículo que atendessem, principalmente, o aspecto cultural:

Artigo 26 - Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela (Lei de Diretrizes e Bases da Educação, 1996).

Novo passo importante foi o Plano Nacional de Educação (PNE, 2001), ao criar metas e diretrizes para a educação escolar indígena:

A educação bilíngue, adequada às peculiaridades culturais dos diferentes grupos, é melhor atendida através de professores índios. É preciso reconhecer que a formação inicial e continuada dos próprios índios, enquanto professores de suas comunidades, deve ocorrer em serviço e concomitantemente à sua própria escolarização (GRUPIONI, 2002, p. 31).

As metas do PNE de 2001, são extensas, entre elas destacamos:

- Criar, dentro de um ano, a categoria oficial de “escola indígena” para que a especificidade do modelo de educação intercultural e bilíngue seja assegurada;





- Criar, tanto no Ministério da Educação como nos órgãos estaduais de educação, programas voltados à produção e publicação de materiais didáticos e pedagógicos específicos para os grupos indígenas, incluindo livros, vídeos, dicionários e outros, elaborados por professores indígenas juntamente com os seus alunos e assessores;

Antes do citado plano, um significativo parâmetro foi dado pelo **Referencial Curricular Nacional para Escolas Indígenas** (RCNEI, 1998). Trata-se de um documento de grande importância para a educação indígena, tendo como finalidade cumprir a “tarefa de apresentar pela primeira vez, no País, ideias básicas e sugestões de trabalho para o conjunto das áreas do conhecimento e para cada ciclo escolar das escolas indígenas inseridas no Ensino Fundamental”.

De acordo com Buratto (s/d, p. 11-12), o RCNEI além de estabelecer que as escolas indígenas devem ser “comunitária, intercultural, bilingue/multilingue, específica e diferenciada”, contém:

Os princípios, os fundamentos gerais e as orientações para subsidiar os professores no dia-a-dia de sua escola e sugestões que poderão ser acatadas pelos técnicos e dirigentes dos sistemas municipais e estaduais de ensino na definição de políticas para a educação escolar indígena.

As normas que amparam a valorização da cultura indígena norteiam, também, as práticas pedagógicas a fim de proporcionar aos índios a possibilidade de preservar suas histórias e memórias para que possam, a partir de suas percepções, exercer protagonismo político. Assim, a escola terá papel fundamental abordando em suas práticas tradição e transformação dos sujeitos, reunindo elementos de contextos e significados intrínsecos da cultura indígena e saberes que coadunam com a história, memória e conscientização do povo. Ao mesmo tempo que dá autonomia às escolas indígenas é possível observar-se que há a desassistência no cotidiano das escolas por parte dos órgãos públicos, visto que as mesmas não conseguem sustentar-se por falta de políticas públicas como a formação continuada para os professores indígenas.



## 2. Povo indígena *Jeripancó*: luta por uma escola

O povo indígena *Jeripancó* do município de Pariconha, chegou à localidade na década de 1890 e permaneceu até 1980 sem um nome étnico. Eram conhecidos por “Pankararus desterrados” devido aos primeiros povoadores terem saído da aldeia Pankararu, localizada em Pernambuco (SANTOS, 2015, p. 19). Esses índios saíram de suas terras devido aos conflitos interétnicos, a divisão dos aldeamentos em lotes e perseguições de fazendeiros querendo ocupar as terras indígenas, agindo com violência para obtê-las (FARIAS, 2011, p. 45).

O nome *Jeripancó* significa povo grande, derivando de *Geritacó/Jiritacó*, é um dos nomes que compõem a família Pankararu. Antes do processo de formação dos aldeamentos em Alagoas, os indígenas tiveram que silenciar sua cultura e práticas para não sofrer perseguições. Mesmo com origem ligada ao povo Pankararu, os *Jeripancó* são considerados independentes do ponto de vista étnico, povo diferente, mas com cultura e rituais semelhantes. Para Santos (2015, p. 63),

A negação da identidade foi a melhor saída contra o sistema articulado nas mãos dos poderosos, graças a isto puderam desviar o foco das perseguições se autodenominando caboclos. Isso na nomenclatura regional é aceitável onde todos independentes da etnia são assim denominados ou simplesmente são chamados de sertanejos.

Ao longo de sua história, os índios *Jeripancó* tiveram muitos enfrentamentos e foram um dos primeiros grupos a se radicar no alto Sertão Alagoano, sendo precursores e até modelos para as comunidades vizinhas, também descendentes dos Pankararu. Diante do silêncio que foi preciso manter durante algumas décadas, o sentimento de pertença foi um dos motivos principais para manter viva sua cultura.

Dessa maneira Braga (2005, p. 173) salienta que,

É de fundamental importância para o funcionamento dessa noção de grupo o sentimento de pertença, pois esse se reflete na base de formação de uma identidade social, que depende da atribuição por outros, mas também da autoatribuição. Dessa forma, as identidades sociais assumem um caráter amplamente relacional, sendo formadas à medida que os agentes as utilizem para classificar a si e aos outros nas interações sociais.

De acordo com Silva (2017, p. 92), o nome da aldeia possui variantes como: Jeripancó, Jiripankó, Giripancó, Geripankó, que estão em documentos oficiais, registros de entrevistas com pessoas mais velhas da comunidade e referências bibliográficas.

O agrupamento foi formado em 1897 com as famílias Gabão, Caipiras, Cristóvão e Peba, mas até o ano de 1982 não utilizavam o nome Jeripancó por medo de novas perseguições. Havia porém, a necessidade de ter um líder para tratar de assuntos da comunidade. Além disso, a população crescia a cada dia, mas não tinha um pajé. Genésio Miranda da Silva era tido como um líder na comunidade devido a seu bisavô, José Carapina, ter sido seu primeiro povoador. Ele detinha muitos conhecimentos, sabia das histórias dos antepassados e, em 1982, assume o papel de representar oficialmente a sua comunidade lutando pelo reconhecimento como indígenas. Segundo Ferreira (2008, p. 89),

Seu Genésio não tinha intenção de ser um cacique, pois mora no Piancó desde a década de 1970, região distante do Ouricuri, o que dificultaria o cumprimento das atribuições como representante de um povo. Em 1982, seu compadre por nome Cícero levou um recado a sua casa, dizendo haver um homem no Ouricuri que intencionava reunir o pessoal para escolher alguém que pudesse representar a comunidade em Brasília. A tarefa era de lutar pela tentativa de reconhecimento étnico do povo indígena como independente dos Pankararu.

Dessa forma, foi escolhido o primeiro cacique da aldeia pela vontade do popular. Genésio Miranda da Silva, atualmente tem 88 anos e é tido na comunidade como o ancião portador de inúmeras memórias e histórias dos indígenas. A seguir, trataremos das memórias da sua primeira conquista como cacique: o primeiro grupo escolar.

### 3. O primeiro grupo escolar da aldeia

Este tópico se baseia nas memórias de Genésio Miranda da Silva, ancião, ex-cacique indígena, e um dos principais protagonistas pela conquista da primeira escola no povoado Ouricuri e pelo reconhecimento dos Jeripancó como indígenas. Também nos basearemos nas memórias de Luís José Antônio de Araújo, atual pajé da aldeia Jeripancó.

Segundo Ecléa Bosi (1994, p. 68),





A memória poderá ser conservação ou elaboração do passado, mesmo porque o seu lugar na vida do homem acha-se a meio caminho entre o instinto, que se repete sempre, e a inteligência, que é capaz de inovar. De onde resulta uma concepção extremamente flexível da memória. A lembrança é a história da pessoa e seu mundo, enquanto vivenciada.

As lembranças são, neste caso, um resumo de um processo de luta por parte dos índios Jeripancó que, a posteriori, devem ser guardadas e a escola se torna um espaço para a reelaboração delas.

Explicando a importância dos velhos na preservação da memória, Bosi (1994, p. 20). salienta que:

O velho, de um lado, busca a confirmação do que se passou com se coetâneos, em testemunhos escritos ou orais, investiga, pesquisa e confronta esse tesouro de que é guardião. De outro lado, recupera o tempo que correu e aquelas coisas que quando perdemos nos sentimos diminuir e morrer.

Nas memórias de Genésio Silva, a criação do primeiro grupo escolar se deu através de uma proposta que recebeu de um amigo, também indígena, por nome de Manoel Celestino, da etnia Xucuru-Kariri de Palmeira dos Índios, Alagoas. Aparece um equívoco de datas porque a escola foi construída em 1982, mas o ex-cacique menciona o ano de 1986, quando iniciou a luta para o reconhecimento étnico. Nestas memórias eles tinham como meta ir à Brasília, em 1986. Segundo Genésio, “Mané Celestino disse que quando nós tivéssemos prontos, nós fosse até Pariconha e esperasse uma ligação que ele ia fazer através do orelhão que tinha na praça e assim nós fizemos”.<sup>4</sup>

Segundo Genésio Silva,<sup>5</sup> quando estavam aguardando a ligação, o telefone tocou:

- Alô, quem fala?
- Celestino.
- Oi Celestino. Como vai?
- Tudo bom. E aí?!
- Rapaz, duas pessoas já tá preparada, pronta a viajar, agora só que sem recurso e alimentação.
- Por isso aí não tem problema não. Você amanhã vá em Água Branca e fale como prefeito Antonio Grilo que eu já conversei com ele e ele disse que dá, ele vai ajudar.

<sup>4</sup> SILVA, Genésio Miranda da. [88 anos]. [abril 2018]. Marina do Nascimento Silva. Ouricuri, Pariconha, AL. 12 de abril de 2018.

<sup>5</sup> SILVA, Genésio Miranda da. [88 anos]. [abril 2018]. Marina do Nascimento Silva. Ouricuri, Pariconha, AL. 12 de abril de 2018.



Aí quando você for para Água Branca amanhã, se apresente a ele e tudo certo. Quando forem, já vão com a mala pronta para viajar.

Genésio Silva relatou que no dia seguinte foi com Celestino ao município de Água Branca e procuraram o prefeito Antônio Batista de Oliveira, mandatário entre os anos 1982 a 1988, mais conhecido como Antônio Grilo e dialogou com ele:

- Sr. Antonio, é o seguinte, um companheiro de Palmeira dos Índios me procurou...
- Sim, ele me falou - disse o prefeito. – Só que eu fui aqui olhar no caixa e não tem um centavo, aí como é que eu vou arrumar esse dinheiro pra vocês? Vamos fazer o seguinte, pra vocês ir pra Brasília é uns mil contos e eu não tenho esse dinheiro, não posso tirar da minha loja, mas vamos fazer assim, eu vou dar as passagens para vocês irem pra Recife hoje mesmo.
- Sr. Antônio e agora?
- Vá ali no banco e entregue essa folha ao gerente - pediu o prefeito.

Assim ele fez, foi ao banco e entregou a folha ao gerente que lhe deu sessenta mil cruzeiros. Genésio Silva afirma que levou até o prefeito dinheiro recebido das mãos do gerente, mas a autoridade lhe informou que a quantia serviria para eles viajarem até Recife, depois à Brasília. A data dos acontecimentos é estimada como o ano de 1986.

Com o dinheiro recebido da prefeitura de Água Branca viajaram no mesmo dia para Recife. De acordo com Genésio Silva, viajaram às 17:00 h. Quando chegaram à Recife, foram diretamente para sede da FUNAI. Dois dias se passaram até irem à Brasília. Ao chegarem a capital federal, foram para uma reunião com o presidente da República, José Sarney, e de lá foram encaminhados para falarem com o presidente da FUNAI, o político Romero Jucá. Genésio Silva afirma, “O que ficou combinado lá em Brasília é que viria um GT - Grupo de Trabalho - pra fazer a limitação, a demarcação e a homologação” da terra para que pudesse vir verbas para a comunidade, pois ela precisaria ser reconhecida como condição para receber benefícios. Segundo ele, o grupo de trabalho demorou, em média, quatro anos para faz esse trabalho na aldeia.

Nas palavras do cacique Genésio Silva, quando houve o reconhecimento da aldeia (em 1993), esta recebeu uma quantia em dinheiro no valor de duzentos mil cruzeiros (hoje, valor equivalente a vinte e quatro mil e seiscentos reais, diz o ex-cacique) para ajudar em alguns serviços. Esse dinheiro foi entregue pelo representante da FUNAI em Alagoas, por nome



Walfredo Silva. Genésio Silva conta que, de início recusou o dinheiro, mas depois aceitaram e depositaram na conta do prefeito de Água Branca, Antonio Grilo, assim, sempre que precisassem de algum valor iriam pegar na prefeitura. Estavam certos da finalidade daquele dinheiro para a construção do grupo escolar, um espaço com duas salas de aula para alfabetizar as mais de quinhentas crianças da época.

Como foi apontado o erro de datação, na verdade a comunidade se mobilizou para a construção da escola na primeira metade dos anos 1980. Os homens se encarregavam da mão de obra e as mulheres (cerca de trinta), ajudavam carregando água em potes de uma fonte próxima, elas não participaram com igualdade aos homens. O papel delas, segundo Luís Araújo, era ser dona de casa, cuidar dos filhos e do marido, não tinham voz ativa para liderar, essa parte cabia aos homens da comunidade.<sup>6</sup>

Sobre a construção do primeiro grupo escolar da comunidade, Luís Araújo<sup>7</sup> fala:

Eu gostaria de ter participado da criação daquele grupo, mas na época que começaram a fazer ele eu não acompanhei e não pude ajudar porque eu trabalhava na Companhia Hidro elétrica do São Francisco (CHESF) de Paulo Afonso-Bahia, aí quando eu cheguei já tava pronta e até hoje tá lá do mesmo jeito de quando construíram.

Quando o primeiro grupo escolar estava pronto, surgiu um problema, a falta de professor. Passaram dois anos esperando até que decidiram ir novamente à Brasília tentar resolver a situação, pois o prefeito citado alegou não ter condições de efetuar o pagamento da contratação de uma professora.

Segundo Genésio Silva, quando estava em Brasília, em meados dos anos 1980, encontrou alguns parentes (isto é, indígenas de outras regiões do país), e, contando a situação em que a aldeia Jeripancó se encontrava e o motivo da ida até a capital, um dos indígenas resolveu ajudar indicando uma pessoa para lecionar na aldeia. A questão ficou resolvida ao final de uma conferência que aconteceu no dia. Após quinze dias, a professora por nome de Carminda Gomes Padilha, uma índia Tuxá de Rodelas, Bahia, chega ao Ouricuri para dar

---

<sup>6</sup> ARAÚJO, Luís José Antônio de. [? Anos]. [junho 2018]. Marina do Nascimento Silva. Ouricuri, Pariconha, AL. 13 de junho de 2018.

<sup>7</sup> ARAÚJO, Luís José Antônio de. [? Anos]. [junho 2018]. Marina do Nascimento Silva. Ouricuri, Pariconha, AL. 13 de junho de 2018.

aula. A comunidade a acolheu cedendo-lhe uma casa para morar.<sup>8</sup>



Foto 1: Primeiro unidade escolar do povoado Ouricuri, década de 1980. Por: Marina N. Silva.

#### 4. A Escola Indígena José Carapina

O nome da primeira escola da comunidade foi dado em homenagem a um dos primeiros habitantes da aldeia, José Carapina, índio Pankararu do Brejo dos Padres, em Pernambuco que, junto com sua esposa Isabel, fugiram da comunidade devido aos conflitos internos e fundaram a aldeia Jeripancó no povoado Ouricuri. De acordo com Silva,

A Escola Indígena José Carapina foi oficializada como categoria indígena diferenciada pelo Decreto nº 1272 de 04 de junho de 2003, expedido pelo Governo do Estado de Alagoas, conforme o art. 107, inciso IV, da Constituição Estadual, que implementou a categoria Educação Escolar Indígena (2017, p. 96).

A opinião de Génesio Silva é que, em meados da década de 1990, o primeiro grupo escolar já não era suficiente para alfabetizar tantos alunos, precisavam implementar o ensino fundamental e, posteriormente, o médio para que os indígenas não precisassem se locomover até a cidade de Pariconha para estudar.

<sup>8</sup> SILVA, Genésio Miranda da. [88 anos]. [abril 2018]. Marina do Nascimento Silva. Ouricuri, Pariconha, AL. 12 de abril de 2018.





Foto 2. Ampliação da Escola Indígena, 2003. Por: Marina N. Silva.

Passados alguns anos (Genésio não informa quantos), após a conquista da primeira escola, em mais uma ida á Brasília para participar de algumas reuniões de rotina, Genésio Silva<sup>9</sup> conta que encontrou “três homens brancos, galegos” que estavam observando todos que estavam presentes até chegar até ele e perguntar:

- É de que aldeia?
- Sou Jeripancó.
- Que Estado?
- Alagoas.
- Como é o nome da cidade lá?
- Água Branca
- E a escola lá tem condições boas?

<sup>9</sup> SILVA, Genésio Miranda da. [88 anos]. [abril 2018]. Marina do Nascimento Silva. Ouricuri, Pariconha, AL. 12 de abril de 2018.



- Não, não tem porque não tem apoio, tem lá só duas salinhas de aula e só dá pra ensinar trinta a quarenta crianças.
- Tem muita criança?
- Tem umas seiscentas crianças e estão sem estudar.
- Temos dinheiro aqui e vamos fazer uma escola lá. Agora digo para o senhor, esse dinheiro não é daqui do Brasil, nós somos alemães e estamos aqui procurando onde há mais necessidades para a gente dá assistência”.

De acordo com Genésio, depois da conversa, os homens aos quais ele se refere como “alemães”, pois não sabe ao certo quais eram suas origens, apenas informa que tem a impressão de que participavam de alguma Organização Não Governamental - ONG, cuja finalidade era ajudar aos povos indígenas.

Os homens tinham a intenção de doar recursos aos líderes Jeripancó para comprar o material de construção da nova escola e fazer a planta da mesma, mas Genésio não aceitou ficar com dinheiro porque o valor era muito alto e porque também não conhecia ninguém na região que entendesse de planta para executar o trabalho como estava no projeto. Dessa maneira, os “alemães” perguntaram se poderiam indicar uma pessoa para ficar responsável pela obra e eles concordaram. Essa pessoa seria um homem que viria de Goiânia e se responsabilizaria como mestre de obras pela construção da escola.<sup>10</sup>

Segundo Genésio, não demorou muito e chegou à aldeia o mestre de obras vindo de Goiânia. Junto dele, vários materiais para iniciar a construção da escola. Os moradores da comunidade mais uma vez se mobilizaram para ajudar.

Sobre o local da construção, a memória do atual pajé, Luís José Antônio de Araújo<sup>11</sup> diz:

Os donos do terreno onde hoje é a escola, antes da regulamentação da aldeia, eram “os herdeiros do José Carapina, eram quatro famílias herdeiras: os Gomes, os Quintino, os Monteiro e os Caipira. Eu me lembro que antes da construção da nova escola, a José Carapina, tinha um campo de jogar bola que foi feito pela prefeitura era um lugar que todo mundo da comunidade se reunia e costumava a frequentar nas horas de lazer.

Exercendo a profissão de vigilante da escola, Luís de Araújo também é uma liderança

<sup>10</sup> SILVA, Genésio Miranda da. [88 anos]. [abril 2018]. Marina do Nascimento Silva. Ouricuri, Pariconha, AL. 12 de abril de 2018.

<sup>11</sup> ARAÚJO, Luís José Antônio de. [? Anos]. [junho 2018]. Marina do Nascimento Silva. Ouricuri, Pariconha, AL. 13 de junho de 2018.



cultural e religiosa. Terminou o 3º ano do ensino médio nesta instituição e revela que hoje olha com orgulho para a escola da comunidade, emocionado, fala de não ter tido a oportunidade de estudar quando jovem e ao ver tantas crianças tendo a chance que muitos de sua época não tiveram em uma escola de qualidade.

Em 2003, a escola foi estadualizada, pois o primeiro grupo escolar era municipal. A nova escola foi construída e inaugurada sendo estadual, a partir de então, o primeiro grupo escolar tornou-se um anexo da José Carapina. Genésio Silva diz que a estadualização “foi a melhor coisa que aconteceu, porque está sendo preservada”. Nesta fala do cacique existe uma preocupação em preservar o que ele considera um “bem maior da comunidade”. A escola era aberta à comunidade e, muitas vezes, foi alvo de depredações por pessoas que moram na aldeia ou por quem a visitava. Na visão dele, quando o Estado “tomou de conta” ajudou muito na preservação do prédio, na contratação de professores, em outros serviços que são prestados à escola, assim, ele guarda uma certeza da continuação da educação do povo Jeripancó.<sup>12</sup>

Genésio Silva considera que ainda há muito o que se fazer na educação dos povos indígenas, “muitas lutas ainda há de serem enfrentadas” para que as leis sejam efetivadas, “e se nós ficar esperando a boa vontade dos poderosos trazer benefícios, não vamos conseguir nada”.<sup>13</sup> Também sobre a importância da escola, temos as palavras do pajé Luís, “a construção da nova escola foi boa, uma das melhores coisas que aconteceu na aldeia, porque ajudou muitos de nós a se formar, eu mesmo, me formei nessa escola”.<sup>14</sup>

Tratando das lembranças de muitos dos grupos étnicos, Poutignat (1998, p. 165), ressalta “a memória histórica sobre a qual um grupo baseia sua identidade presente pode nutrir-se de lembranças de um passado prestigioso ou ser apenas a da dominação e do sofrimento compartilhados”. No caso da memória dos índios Jeripancó entrevistados, há um sentimento de conquistas, mas também de muitos sofrimentos na busca por benefícios para a comunidade. Foram muitas décadas de lutas.

<sup>12</sup> SILVA, Genésio Miranda da. [88 anos]. [abril 2018]. Marina do Nascimento Silva. Ouricuri, Pariconha, AL. 12 de abril de 2018.

<sup>13</sup> SILVA, Genésio Miranda da. [88 anos]. [abril 2018]. Marina do Nascimento Silva. Ouricuri, Pariconha, AL. 12 de abril de 2018.

<sup>14</sup> ARAÚJO, Luís José Antônio de. [? Anos]. [junho 2018]. Marina do Nascimento Silva. Ouricuri, Pariconha, AL. 13 de junho de 2018.



Foto 3. Fachada da Escola Estadual Indígena José Carapina, 2003. Por: Marina N. Silva

## 5. Escola indígena: atualidades e ensino diferenciado

A pesquisa mais aprofundada sobre a escola indígena da aldeia Ouricuri foi realizada por Gilberto Ferreira, em 2008. Seu estudo coloca em debate a educação diferenciada dos Jeripancó, a partir da análise do material didático e do relato das experiências de alguns professores. Com os dados apresentados pelo autor, pretendemos neste tópico avaliar as modificações ocorridas ao longo da última década. Carla Silva (2017), autora já citada, é outra fonte importante que analisou o ensino de história entre os Jeripancó fundamentada em entrevistas com professores.

Com a construção do novo prédio escolar ocorrida em 2003, nas instalações do prédio principal da Escola Indígena José Carapina constam quatro salas de aula, uma cozinha, uma secretaria, uma sala de estudos, dois banheiros e uma sala para guardar alimentos. Na escola, assim como na comunidade não há água encanada, sua reposição é feita por caminhão pipa.

Um aspecto importante é a preferência ou não por professores indígenas para lecionar na escola. De acordo com um questionário aplicado a cinquenta indígenas da comunidade, em 2018, (gráfico 1), sobre essa preferência, 70% confirmou o favoritismo dos professores indígenas.

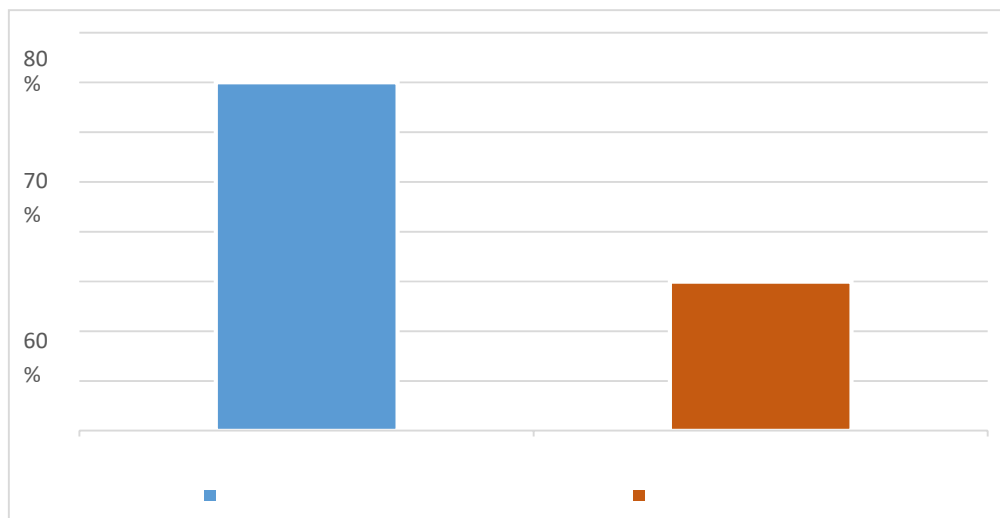


Gráfico 1. Preferência por professor indígena

Na escola José Carapina existem dezenove professores (Quadro 1), dentre eles, cinco não são indígenas (Quadro 2). No total são seis homens e treze mulheres. De acordo com dados cedidos pela secretaria da escola, ocorreram 358 matrículas no ano letivo de 2018. Os estudantes se dividem entre o prédio principal e a escola anexa. No turno da manhã funcionam as turmas de alfabetização e fundamental I. No turno vespertino são atendidos alunos do ensino fundamental II (6º ao 8º ano) e, no turno da noite, estudam as turmas do 9º ano e do ensino médio. Desde o levantamento feito por Ferreira não há turmas de EJA - Educação de Jovens e Adultos (2009, p. 108).

QUANTIDADE	FORMAÇÃO	SITUAÇÃO
5	Pedagogia	Cursando
4	Pedagogia	Completo
1	Biologia	Completo
2	História	Completo
1	Geografia	Completo
1	Letras	Completo
TOTAL: 14		

Quadro 1 - Formação das/os professoras/es indígenas  
Dados cedidos pela Escola Indígena José Carapina, 2018.

QUANTIDADE	FORMAÇÃO	SITUAÇÃO
3	Letras	Completo
1	Matemática	Completo
1	Religião	Completo
TOTAL: 5		

Quadro 2 - Formação das/os professoras/es não indígenas  
Dados cedidos pela Escola Indígena José Carapina, 2018.

Quando levantamento semelhante foi realizado por Gilberto Ferreira (2008), haviam treze professores indígenas de um total de dezessete. Atualmente, esse número é de quatorze professores indígenas de um total de dezenove. Nos dados trazidos por Ferreira, dos professores indígenas haviam cinco que cursavam o ensino médio, isso mostrava uma deficiência na qualificação profissional adequada para lecionar. Os dados atualizados mostram a situação quase superada, pois os professores têm formação completa ou estão cursando o ensino superior. Do número total de professores indígenas e não indígenas apenas uma professora não indígena é efetiva na escola, o restante são todos temporários.

Percebemos que aumentou significativamente o número de professores indígenas com nível superior, o que é positivo em relação a educação do povo Jeripancó. Esses profissionais estão mais capacitados para o ensino, tornando assim, mais fácil a busca por uma educação diferenciada. A mudança entre os dados de Ferreira (2008) e os atuais está na quantidade de professores indígenas lecionando na escola e também na escolaridade dos mesmos.

A formação de alguns dos professores indígenas da Escola José Carapina se deu através de programas de assistência como o PROLIND - Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Interculturais Indígenas. Ofertado pela Universidade Estadual de Alagoas, teve início em 2010 e é responsável pela formação de três professores indígenas que atuam na escola. Cícero Pereira dos Santos e Vagner da Silva são formados em História, Salviana dos Santos Silva é formada em Biologia (Quadro 3). Além destes, existem três moradores do povoado com ensino superior pela UNEAL, através do mesmo programa.

O programa Bolsa Permanência para indígenas e quilombolas do Governo Federal,





ofertado pela Universidade Federal de Alagoas, teve início no ano de 2013 e ajudou na formação de duas professoras que lecionam na escola, ambas estão terminando a graduação: Janicleia Feitosa da Silva cursa Letras, Edilma Lima Correia cursa Pedagogia. Além delas, há outros estudantes da comunidade que recebem o auxílio e estão em busca da conclusão do ensino superior pela UFAL.

PROFESSOR/A	FORMAÇÃO	INSTITUIÇÃO	DISCIPLINA LECIONADA
Aline Fernandes Feitosa	Letras	Faculdade de Tecnologia e Ciência – FATEC	Português, Inglês e Artes
Amosiel Feitosa da Silva	Letras	Universidade Federal de Alagoas, Sertão	Português, Inglês e Artes
Cícero Pereira Dos Santos	História	Universidade Estadual de Alagoas, Palmeira dos Índios	História e Sociologia
Celina Lucilha da Silva	Pedagogia (cursando)	Faculdade de Ensino Regional Alternativa	Séries Iniciais (2º ano)
Jocélia da Silva	Pedagogia (cursando)	Faculdade de Ensino Regional Alternativa	Séries Iniciais
Cristiano dos Santos Teixeira	Pedagogia (cursando)	Faculdade de Ensino Regional Alternativa	Fundamental I (5º ano)
Edilma Lima Correia	Pedagogia	Universidade Federal de Alagoas, Sertão	Cultura
Elisiane Barbosa de Sá	Geografia	Universidade Federal de Alagoas, Sertão	Geografia, Sociologia, Artes
Ginaldo da Silva	Teologia	Faculdade Evangélica do Meio Norte	Religião, Filosofia, Sociologia, Química, Ciências
Janicléia Feitosa da Silva	Pedagogia	Universidade Federal de Alagoas, Sertão	Ciências e Biologia
Maria Aparecida Santos Teixeira	Pedagogia (cursando)	Faculdade de Ensino Regional Alternativa	Fundamental I (4º ano)
Patricia Isabel Cirilo Feitosa	Pedagogia e Letras		Português, Inglês e Artes
Rosivan Santana	Matemática	Faculdade de Tecnologia e Ciência	Matemática, Física e Química
Salviana dos Santos Silva	Biologia	Universidade Estadual de Alagoas, Palmeira Dos Índios	Séries Iniciais (1º ano)
Selma Souza dos Santos	Pedagogia		Fundamental I (3º ano)
Vagner Da Silva	História	Universidade Estadual de Alagoas, Palmeira Dos Índios	História E Educação Física
Valdenice de Jesus dos Santos	Pedagogia (cursando)	Faculdade de Ensino Regional Alternativa	Séries Inicias

Quadro 3 - Lista de professores que atuam na escola em 2018  
Dados cedidos pela Escola Indígena José Carapina, 2018.

Ferreira (2008, p. 109), salienta que,

A formação é condição necessária, não só para as escolas indígenas, mas também para escolas não-indígenas. É muito comum a atuação no ensino fundamental, de professores indígenas sem formação específica em determinadas áreas do conhecimento ou sem o nível de formação para atuar.

Na Escola José Carapina, os professores que compõem o quadro de ensino são mais de 50% indígenas, isso para o povo Jeripancó é considerado um avanço, pois de acordo com a pesquisa há preferência por professores indígenas para que o ensino não seja distante da realidade da etnia. Acredita-se que os indígenas podem mediar os conteúdos da grade curricular sugerida pelos PCN's (Parâmetros Curriculares Nacionais), RCNEI (Referencial Curricular Nacional para Escolas Indígenas), entre outros, com as experiências e o modo de vida indígena.

Sobre a contratação dos profissionais, Silva (2017, p. 99) informa que, “o meio de ingresso desses professores é através do processo seletivo, feito pela Secretaria Estadual de Educação (SEE), sendo que a validade do contrato é por dois anos”.

A respeito do papel da escola, Ferreira (2008, p. 105), opina que os Jeripancó não precisam dela para a vida espiritual, mas necessitam para a vida material. Segundo ele, o espiritual não se ensina na escola, esta é um espaço para adquirir conhecimentos para viver na terra. Para os indígenas, o imaterial, a “ciência” como falam, vêm dos encantados e das forças da natureza. Na escola, a transmissão desses conhecimentos fica inviável, por se tratar do sagrado, necessita de preparação e amadurecimento dos que pretendem adquiri-los.

No cotidiano escolar não existe esta separação sinalizada por Ferreira. Cultura imaterial, espiritual e ciência se coadunam para formação de sujeitos em suas concepções práticas. Prova disto, são os rituais praticados antes de cada evento realizado na escola. Uma prática que agrada e é incentivada pelos líderes da aldeia.

Para manter viva a história do povo indígena é importante que a escola e toda comunidade assumam o compromisso de ensinar as lutas e acontecimentos históricos da aldeia. Formalmente ou não, esses relatos são importantes para os mais jovens crescerem com a consciência da história de sua comunidade e manter viva as tradições. Por esse motivo, a



história oral tem uma importância primordial. Segundo Bittencourt (1994, p. 106),

Quanto ao ensino de História, nas escolas indígenas, a questão tende a tornar-se em mais um dos pontos em que os conflitos culturais se estabelecem, mas que ao mesmo tempo pode contribuir para a ampliação de seu universo cultural e político, servindo como aquisição importante em suas novas formas de lutas de resistência.

As aulas de história, neste caso, são meios que a escola encontra para preencher algumas lacunas e os professores fazem de suas aulas momentos de inspiração para que os alunos possam saber da sua cultura, cotidiano e realidade local.

No século passado, tratando de cursos ministrados para professores, Nietta Monte (1987) opina que, “manter a identidade indígena, ainda que dinamizada e transformada pela história contemporânea, é um dos objetivos das escolas indígenas, sobretudo na representação que dela fazem seus principais interessados: os alunos e professores índios”. Para Ferreira (2013, p. 83),

A escola pode pensar em estratégias de contemplar as experiências do povo para reforçar seus hábitos como forma de preservação da cultura. O saber é adquirido pela experiência, pela força do sobrenatural e a escola não deve se apôr a este tipo de conhecimento. Ele é essencial a vida indígena. Se for alterado, os indígenas correm risco de deixar de existir enquanto sujeitos marcados pela sua cultura.

Os índios Jeripancó empregam na escola este método de transmissão de conhecimentos através da oralidade apenas em eventos e palestras. A presença de anciãos, líderes ou qualquer pessoa da comunidade na sala de aula se dá em momentos de debates sobre algum assunto relacionado a história do povo e/ou sobre as lutas enfrentadas pelos seus direitos. Dessa maneira, salienta Bittencourt (1994, p. 113),

A identidade histórica dos grupos indígenas tem sido preservada com registros orais, sendo o componente linguístico fundamental para a transmissão de um passado, de uma forma de pensar o tempo, as raízes culturais, suas origens, as visões de mundo e das relações sociais. Nesse sentido, a memória dos grupos indígenas com suas peculiaridades no processo de transmissão colocam questões para os educadores acostumados com meios de transmissão histórica registrada sob forma escrita.

As fontes históricas assumem um papel fundamental na prática do ensino de história,

uma vez que são capazes de ajudar o aluno a fazer diferenciações, abstrações que, entre outros aspectos, é uma dificuldade quando tratamos de crianças e jovens em desenvolvimento cognitivo (FONSECA, 2005, p. 56). No entanto, diversificar as fontes utilizadas em sala de aula tem sido o maior desafio dos professores na atualidade, mesmo levando em consideração que a oralidade dos indígenas são fontes históricas na reconstrução e na produção de registros de suas memórias. Para Bittencourt (1994, p. 107), historiadores e professores devem levar em consideração que não só os registros escritos são fontes, temos que considerar as tradições orais e a memória como fontes.

Em conversas com os profissionais da escola, eles dizem existir uma preocupação em relação ao ensino dado aos indígenas, alegam que o conteúdo deve ser dialogado e contextualizado com a realidade do entorno. Esse exercício ajuda a melhorar compreensão dos alunos sobre o conteúdo proposto, pois eles podem através dessas comparações captar melhor o assunto e fazer uma reflexão sobre sua própria história. Segundo Ferreira (2008, p. 103),

A princípio, os povos indígenas reivindicam que os professores sejam também indígenas para encaminhar seu projeto educacional escolar, como tentativa de articular as necessidades que a atual sociedade escolarizada com o mundo atual, globalizado, sem perder de vista suas origens, suas tradições, suas culturas, mas também se dando conta das modificações velocíssimas que acontecem em todas as sociedades contemporâneas.

Ter professores indígenas não é suficiente para organizar a situação (FERREIRA, 2008). Os mais velhos da comunidade entendem que a escola é para ensinar os conteúdos científicos, não para ensinar sua cultura, muitos se perguntam por que ensinar sobre a cultura na escola se esta é vivenciada diariamente. Sabem que a escola é para trabalhar os conteúdos universais, mas admitem a importância das questões da comunidade estarem vinculadas a escola, entendem que precisam dialogar.

Enquanto os líderes da comunidade e mais velhos reivindicam sempre professores indígenas para trabalhar na escola, com o argumento de que os alunos podem se sentir mais confortáveis, Ferreira (2008, p. 115), mostra relatos de professores tentando inserir as lideranças da aldeia no cotidiano da escola:



Abrir espaço para que as lideranças, caciques, pajés, benzedeiros pudessem dialogar com a escola e possibilitar que os alunos, desde cedo, fossem incentivados pelo espírito de curiosidade. Diferenciar é no sentido de dar condições dos índios trabalharem seus valores dentro da sala de aula.

Segundo Gallois, de um lado estão os estudiosos pesquisadores indígenas reivindicando políticas públicas e, do outro, estão os próprios indígenas e alguns tem uma posição diferente ao defender que a escola não seja diferenciada, querendo mais acesso a universalidade. Ou seja, querem que não haja uma distinção entre os conhecimentos do índio e do branco, até porque, como disse Mutuá Mehinaku, falando de uma visão dupla “o mundo de fora nos obriga a isso” (2016, p. 512).

O currículo da escola tem uma base que, de acordo com Silva (2017, p. 102), é enviado pela GERE-Alagoas (Gerência Regional de Educação). Esses conteúdos sofrem adaptações nos assuntos dos saberes locais da comunidade, buscando um currículo próprio. É um desafio construir um currículo que atenda os anseios de uma educação específica.

Questionada sobre o ensino diferenciado na Escola José Carapina, a coordenadora indígena Márcia Silva<sup>15</sup> salienta que, o ensino somente é diferenciado:

Com questão cultural, é de percebê-la e de estabelecer um laço entre a questão cultural com os conhecimentos sistematizados e perceber que na verdade é você considerar a cultura sendo mais importante que o conhecimento sistematizado, mas ao tempo saber que precisamos ser inseridos no mundo.

Percebe-se que, as questões relacionadas a escola indígena são assuntos que o próprio povo indígena, professores e gestores das escolas têm que superar para garantir um ensino diferenciado e de qualidade. Clarice Cohn (2016, p. 315) diz que, ser uma escola efetivamente específica, diferenciada, implica dizer que essa não seja uma política de Estado, pois ela tende a homogeneização, essa especificidade hoje é um grande desafio.

---

<sup>15</sup> SILVA, Márcia do Nascimento. [? Anos]. [março 2018]. Marina do Nascimento Silva. Ouricuri, Pariconha, AL. 01 de março de 2018).



## Considerações finais

As regulamentações que asseguram direitos relacionados à educação indígena como o Plano Nacional de Educação, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e outros, são importantes para dar maior visibilidade a causa indígena, porém falta muito ainda para a educação diferenciada ser efetivada. Os documentos oficiais somente não são suficientes para garantir a sua realização.

A busca pelo reconhecimento étnico como indígena Jeripancó e pela construção de uma escola na comunidade foram processos experimentados pelas lideranças ainda vivas. Ocorrida a construção do primeiro grupo escolar e, depois, do segundo prédio para abrigar a Escola Estadual Indígena José Carapina, podemos concluir listando algumas experiências e dificuldades por esta enfrentada:

- Foi a primeira escola indígena do sertão, uma realização importante para o povo Jeripancó porque as crianças e jovens passaram a ter mais facilidade para estudar, podendo hoje concluir o ensino médio sem deslocamento.
- Faltam materiais didáticos próprios diferenciados; os materiais disponibilizados são os mesmos das escolas regulares. O ensino é diferenciado apenas no sentido de respeitar a cultura, os festejos religiosos.
- Não ocorre uma formação diferenciada e continuada dos professores, competência do Estado. Há muito tempo não existem formações continuadas para os educadores indígenas.
- Talvez, o item acima justifique a preferência por professores indígenas.
- Na antiga LDB não havia nada referente a educação escolar indígena, assim, a Constituição de 1988 e documentos posteriores foram marcos importantes.
- A educação escolar indígena de qualidade entre os Jeripancó, a escola diferenciada, não ocorre efetivamente, está apenas no papel, mesmo tendo leis favoráveis. Contudo, os indígenas estão cientes do problema, debatendo a questão e procurando formas de contornar esta ausência.



## Referências

ALVES, Jean Paraizo. Novos atores e novas cidadanias: o reconhecimento dos direitos dos povos indígenas a uma educação escolar específica, diferenciada, intercultural e bilíngue/multilíngue. In: Marfan, M. A. (Org.). In: **Anais II do Congresso brasileiro de qualidade na educação: formação de professores: educação indígena**, Brasília: MEC, 2002.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. O ensino de história para populações indígenas. **Em Aberto**, Brasília, ano 14, n. 63, jul./set. 1994. Disponível em: <[rbeq.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/download/1982/1951](http://rbeq.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/download/1982/1951)>. Acesso: 19/08/2018.

BOSI, Eclea. **Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos**. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

**Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas** / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

**BRASIL**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

**BRASIL**. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988.

BRAGA, Márcio André. Identidade étnica e os índios no Brasil. **Dimensões: revista de história da UFES**. Vitória, ES. Vol. 18 (2006), p. 236-250. Disponível em: <[www.periodicos.ufes.br/dimensoes/article/download/2442/1938](http://www.periodicos.ufes.br/dimensoes/article/download/2442/1938)>. Acesso em: 09 de Agosto 2018.

BURATTO, Lucia Gouvêa. **A educação escolar indígena na legislação e os indígenas com necessidades educacionais especiais**. Paraná. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/565-4.pdf>>. Acesso em: 18/05/2018.

CANDAU, Maria Vera. **Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença**. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v13n37/05.pdf>>. Acessado em 08 de maio de 2018.

COHN, Clarice. A cultura nas escolas indígenas. In: CUNHA, Manuela Carneiro & CESARINO, Pedro de Niemeyer (Orgs.). **Políticas culturais e povos indígenas**. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

FERREIRA, Geraldo Gilberto. **A educação dos Jiripancó: uma reflexão sobre a escola diferenciada dos povos indígenas de alagoas**. 2009. (Dissertação de Mestrado em Educação Brasileira). UFAL, Macéio, 2009.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de História**. Campinas: Papirus, 2005.

GALLOIS, Dominique Tilkin. A escola como problema. In: CUNHA, Manuela Carneiro & CESARINO, Pedro de Niemeyer (Orgs.). **Políticas culturais e povos indígenas**. São Paulo: Editora Unesp, 2016.



GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (org.). **As leis e a educação escolar indígena**: Programa Parâmetros em Ação de Educação Escolar Indígena. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 2001.

MEDEIROS, Juliana Schneider. **Educação escolar indígena**: a escola e os velhos no ensino da história kaingang. 2012. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/viewFile/42/32>. Acessado em 08 de maio de 2018.

MEIHY, J. C. S. B. **História Oral**: Como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2007.

MONTE, Nietta L. Uma experiência de autoria: situação atual das escolas indígenas. In: CABRAL, Ana Suely A. Câmara et alii. **Por uma educação indígena diferenciada**. Brasília, C.N.R.C./ FNPM, 1987.

POUTIGNAT, Philippe. **Teorias da etnicidade**. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

SANTOS, Cícero Pereira dos. **Território e identidade**: Processo de formação do povo indígena Jiripancó. Palmeira dos Índios: UNEAL, 2015. Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura Intercultural Indígena.

SILVA, Carla Alves dos Santos. **Um desafio Jeripancó**: Ensino de história na escola estadual indígena José Carapina, sertão de Alagoas (2006-2016). História (Monografia de graduação). Delmiro Gouveia, UFAL, 2017.



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



Este trabalho está licenciado com uma Licença [Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

**Artigo recebido para publicação em:** 30 de setembro de 2020.

**Artigo aprovado para publicação em:** 01 de outubro de 2020.